

4468 4410

2

Internet vai interligar as línguas da Amazônia

BELÉM É O CENTRO DA REDE DE INFORMAÇÕES QUE INTEGRA O PRIMITIVO E O CONTEMPORÂNEO

A Amazônia terá uma rede de informações sobre as línguas indígenas na Internet, interligando os nove países amazônicos e com centro irradiador das novidades em Belém. A idéia deve se concretizar ainda este ano e é resultado do Encontro de Línguas Indígenas da Amazônia, que encerrou as atividades ontem à tarde, no auditório do Basa.

Na plenária final, os pesquisadores dos 9 países amazônicos, líderes indígenas e cientistas europeus e norte-americanos que participaram dos grupos de trabalho, expuseram o que foi debatido sobre a abordagem científica e a situação atual das mais de 300 línguas estimadas em toda a Amazônia e ainda totalmente desconhecidas, além da abordagem das políticas existentes e não existentes para incentivo e proteção dessas línguas.

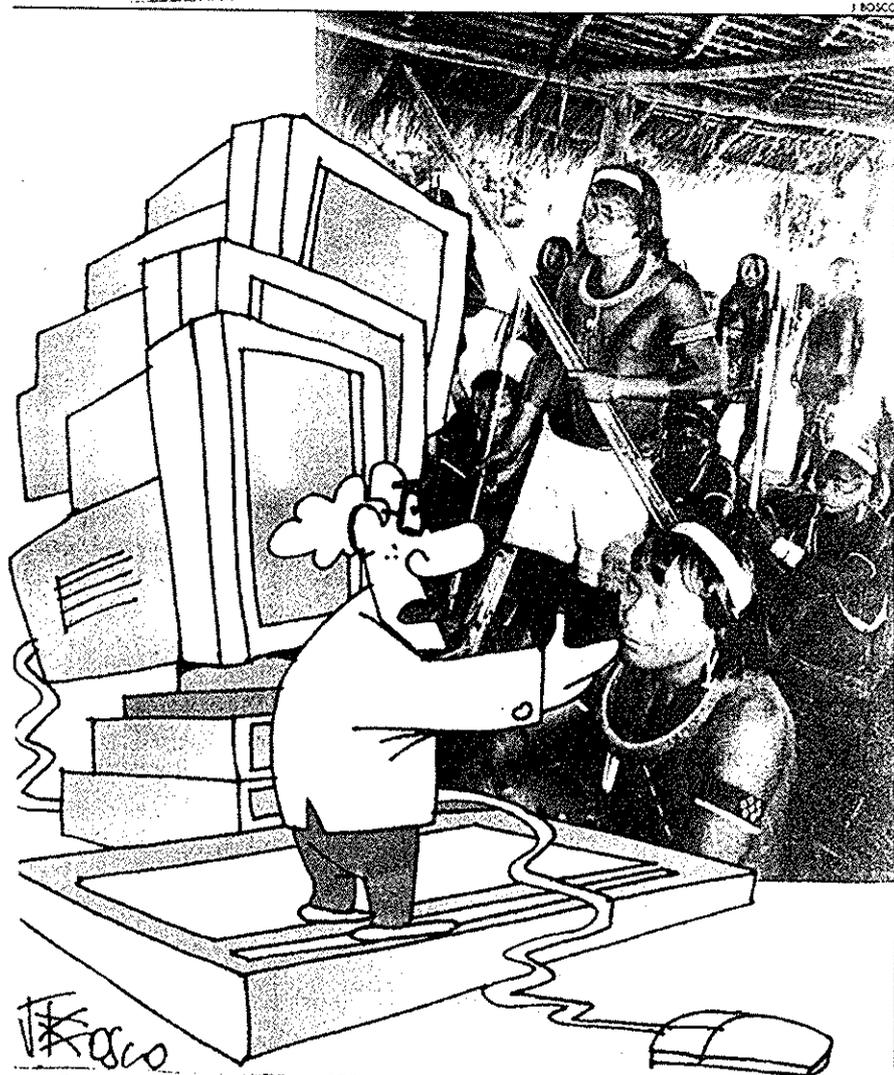
"A finalidade do encontro era trocar informações sobre o que estava sendo feito em todos os países. Conseguimos isso nesses três dias. Os pesquisadores firmaram vínculos, o que não podia acabar por aqui", diz o coordenador do encontro e pesquisador do Museu Emílio Goeldi, Francisco Queixalós. "A rede de informações vai suprir essa necessidade".

Belém foi escolhida como cen-

tro irradiador da rede para os dois primeiros anos e, de acordo com o desempenho dos pesquisadores e organizadores locais, pode continuar com a tarefa por mais tempo ou ver a rede se mudar para outro país. "Nós vamos receber as informações de todos os países e difundi-las entre eles. Além disso, teremos um boletim bimestral impresso, o Linda (Línguas Indígenas da Amazônia) que vai chegar até as pessoas cadastradas, mas que não estão na Internet".

Queixalós ressalta que essa é apenas uma primeira etapa. "O segundo passo é organizar um banco de dados informatizado em todos os países para que futuramente os pesquisadores possam ter livre acesso a eles". Para o coordenador, as fronteiras entre os países ainda são muito fortes e esse é o principal obstáculo à pesquisa. "As línguas ultrapassam as fronteiras estabelecidas pelos países. Muitas vezes, pesquisadores dos países vizinhos estão estudando a mesma coisa, sem saber que poderiam se ajudar mutuamente".

O encontro organizado entre os pesquisadores desses países serviu como primeiro contato. "Muita gente se conheceu e daqui devem nascer projetos e pesquisas em parceria, o que significará um avanço", conclui.



REAÇÃO AO "CONTRADITÓRIO" SERÁ NA LEI OU NA MARRÁ

As lideranças indígenas que participaram do encontro promovido pelo Museu Emílio Goeldi sobre "As línguas Indígenas da Amazônia na Ciência e nas Sociedades" aproveitaram a ocasião para divulgar uma moção enviada à Presidência da República pedindo a revogação do decreto 1775/96, que dá direito ao contraditório no que se refere à demarcação de terras indígenas. Os líderes indígenas argumentam que o decreto é inconstitucional.

A argumentação tem o respaldo de dois pareceres jurídicos, um da Procuradoria Geral da República, assinado por Alvaro Costa, e outro do Supremo Tribunal Federal, assinado pela juíza da 6ª vara Celene Almeida. A crítica mais direta é feita ao 8º parágrafo do artigo 2º do decreto 1775/96, que reconhece como provas títulos dominiais, relatórios, testemunhas e mapas.

Segundo os pareceres, este parágrafo do decreto fere o artigo 231 da Constituição Federal, que garante o direito originário da posse de terra aos povos indígenas, e mais especificamente o parágrafo 6º do mesmo artigo constitucional, que declara nulo, extinto e sem efeito jurídico, todos os atos que tenham por objeto a propriedade de particulares em terras indígenas, e isso inclui títulos, relatórios, testemunhas e mapas.

RECURSO DA VIOLÊNCIA - Todos os participantes do encontro assinaram a moção. O coordenador da Federação de Organizações Indígenas



Sebastião: reação pode ser violenta

da Amazônia, o índio acreano Sebastião Manchinery, da reserva Mamoadate, lembra que o prejuízo, caso o decreto prevaleça e as contestações continuem, não será apenas dos povos indígenas. "A União vai sair perdendo, pois essas pessoas ou empresas que estão contestando pedem indenizações milionárias", opina. Desde que o decreto foi editado, já foram registradas 16 contestações à demarcação de terras reivindicadas por nações indígenas.

Sebastião diz que é intenção das nações indígenas recorrer às formas legais do país, mas, se isso não der resultado, estão dispostos a "não admitir mais violações e massacres", podendo partir para reações violentas. "Não queremos isso, esperamos que a lei seja cumprida. Os povos indígenas estão hoje muito conscientes dos seus direitos e vão recorrer a tudo o que for possível para solucionar o problema. O que é inadmissível é que sejamos massacrados sem ter como nos defender. Vamos nos mover para evitar isso, sim".

Sebastião Manchinery lembra também que os povos indígenas e as organizações que os defendem, associadas à Federação, apóiam o manifesto feito em Brasília pelos Capuibe, de 25 a 28 de março, e garante que as ações vão continuar. "Vamos para Genebra em abril, expor ao grupo de trabalho da subcomissão de direitos humanos o problema, denunciar também este ato de violência e desrespeito".